

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.204 - SP (2019/0106315-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : LUIZ FERNANDO JACINTO
ADVOGADO : JAIR MOYZES FERREIRA JUNIOR E OUTRO(S) - SP121910
AGRAVADO : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS : ELISIA HELENA DE MELO MARTINI - RN001853
HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO E OUTRO(S) - SP221386

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO AUTÔNOMA DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CABIMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DISSONÂNCIA À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Luiz Fernando Jacinto contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Inferre-se dos autos que a Trigesima Sétima Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento ao recurso interposto pelo ora insurgente, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 197):

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - Extinção do processo, nos termos do artigo 485, VI do CPC. ADMISSIBILIDADE: Em que pese o autor ter dado à ação o nome de obrigação de fazer, verifica-se dos autos que na realidade trata-se de ação cautelar de exibição de documentos. Essa ação é inadequada e não mais prevista em lei, inexistindo, portanto, os pressupostos processuais para o seu prosseguimento válido, previstos no art. 485, inciso VI do novo CPC. Sentença mantida.
RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do apelo especial, o recorrente indicou divergência jurisprudencial e violação aos arts. 305 e 308 do CPC/2015.

Sustentou ser possível o ajuizamento da ação de exibição de documentos como cautelar antecedente.

Afirmou que teria demonstrado a necessidade e utilidade do provimento jurisdicional.

Superior Tribunal de Justiça

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando o insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

A respeito da questão jurídica objeto da controvérsia, verifica-se que o Tribunal de origem entendeu que, na vigência do Código de Processo Civil de 2015, a demanda de exibição de documentos só poderia ser formulada em caráter incidental ou cautelar, não sendo cabível o ajuizamento de ação autônoma para exibição de documentos.

A propósito, confira-se o seguinte excerto do acórdão estadual (e-STJ, fls. 198-199):

Trata-se de ação denominada pelo autor de obrigação de fazer com o objetivo de obter a cópia do contrato de financiamento nº 20022860288.

Em que pese o autor ter dado à ação o nome de ação de obrigação de fazer, verifica-se dos autos que na realidade trata-se de ação cautelar de exibição de documentos.

O autor ingressou com a ação no dia 18 de outubro de 2016, ou seja, já na vigência do novo Código de Processo Civil.

Acontece que o novo Código de Processo Civil não contempla mais a existência de ações cautelares autônomas, mormente de natureza preparatória de ação principal.

A ação proposta é inadequada e não mais prevista em lei.

Cabia ao autor propor ação de natureza revisional ou outra declaratória necessária à sua pretensão com pedido cautelar incidental ou mesmo com pedido de tutela cautelar requerida em caráter antecedente, mas não ação de obrigação de fazer objetivando a exibição de documento como foi proposta.

A exibição de documento agora é tratada como incidente de prova no processo e também pode ser requerida em tutela antecipada de caráter antecedente, sendo exigível o aditamento da inicial para se deduzir a pretensão principal.

O Estado-Juiz não pode acolher o processamento de ação não mais prevista no ordenamento jurídico processual, porque isso implicaria em impor ao réu obrigação não mais prevista em lei.

Deste modo, cabe manter a extinção do processo, sem resolução de mérito.

Esse entendimento, contudo, diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual "admite-se o ajuizamento de ação autônoma para a exibição de documento, com base nos arts. 381 e 396 e seguintes do CPC, ou até mesmo pelo procedimento comum, previsto nos arts. 318 e seguintes do CPC. Entendimento apoiado nos enunciados n. 119 e 129 da II

Superior Tribunal de Justiça

Jornada de Direito Processual Civil" (REsp 1.774.987/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 8/11/2018, DJe 13/11/2018).

Nesse mesmo sentido: REsp 1.803.251/SC, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 22/10/2019, DJe 08/11/2019.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no processamento e julgamento do recurso de apelação.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

